

## PROGRAMA DO PSTU EM SANTA CATARINA PARA AS ELEIÇÕES DE 2018

Apresentamos o programa do PSTU para Santa Catarina. Não o consideramos pronto e acabado, e, sim, em construção. Procuramos colocar nossa visão sobre aspectos que acreditamos serem centrais da realidade de nosso estado e de nosso país e que já temos um debate acumulado. APRESENTAMOS 10 PONTOS PROGRAMÁTICOS PARA COMEÇAR O DEBATE. Também nesse texto procuramos propor as medidas e as tarefas que consideramos as mais importantes para o momento atual, onde só será possível de se concretizarem com uma ampla mobilização e organização da classe trabalhadora e da juventude.

O PSTU apresentará em Santa Catarina uma chapa própria, sem coligações e bem longe do vale tudo eleitoral, encabeçada por Ingrid Assis, candidata ao governo do estado, e por Ederson da Silva, como vice. A chapa apresenta Ricardo Lautert para o Senado e, para deputados federais, Gabriela Santetti, de Palhoça, e Jonas Orben, de Joinville. Para concorrer como deputados estaduais, o PSTU apresenta o rapper e poeta DKG Dekilograma, de São José, e a estudante Rafaela Brito Pereira, de Criciúma.

Ingrid Assis é a única mulher candidata ao governo do estado e a primeira candidata indígena ao Governo de Santa Catarina. Indígena da etnia Sateré-Mawé, Ingrid é professora da rede estadual e dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina, regional de São José (SINTE-SJ). Moradora de Palhoça há 12 anos, Ingrid tem 30 anos e é mãe de um casal. Ederson da Silva, candidato a vice-governador, tem 37 anos, é professor da rede pública estadual, dirigente sindical, morador de um condomínio habitacional popular de sua cidade (o Residencial Carmel) e militante do movimento negro de Criciúma.

Vera Lúcia, candidata a presidente da República, e Hertz Dias, candidato a vice-presidente da República, completam a chapa do PSTU nessas eleições. Vera é operária, negra e nordestina, sendo uma lutadora do movimento operário e de movimentos populares, e Hertz, é negro, nordestino, rapper e professor da rede pública estadual do Maranhão, sendo um ativista do movimento hip-hop e do movimento negro.

As candidaturas do PSTU são um ponto de apoio às lutas dos trabalhadores, das mulheres, de negros e negras, das LGBTQs, dos indígenas, dos imigrantes e dos moradores das periferias contra toda as formas de opressão e exploração. São candidaturas que defendem que só a luta muda a vida, e **fazem um chamado à rebelião “dos de baixo” para derrotar “os de cima”.**

O PSTU defende um governo socialista dos trabalhadores, formado por conselhos populares. Vote PSTU 16! Ajude a multiplicar nossa campanha no seu bairro, no seu local de trabalho, com família e amigos, no seu local de estudo e nas redes sociais! Venha conhecer nosso partido e ser um militante!

### **Por que fazemos um chamado à rebelião?**

Porque acreditamos que somente uma rebelião dos trabalhadores e do povo pobre contra os privilégios dos ricos e dos poderosos é que pode criar condições para romper com o quadro profundo de desigualdades e injustiças sociais que só vem se agravando em nosso país e em nosso estado.

Existe atualmente uma rica experiência de luta da classe operária e de setores populares, que é um precioso ponto de apoio para o debate e a elaboração de um programa que responda as necessidades

mais sentidas por nossa classe. Presenciamos mobilizações no Brasil nesses últimos anos que não víamos desde a década de 1980.

No dia 28 de abril de 2017 tivemos a realização da greve geral contra as reformas trabalhista e da previdência que parou o país, e, em 24 de maio do mesmo ano, a realização de uma grande marcha à Brasília. Essas mobilizações foram antecedidas de importantes dias nacionais de mobilização e de paralisações, como exemplo, podemos destacar as mobilizações e greves no Brasil e no mundo que aconteceram na data de 08 de março de 2017 – dia internacional de luta da mulher trabalhadora. Recentemente, tivemos a greve dos caminhoneiros, que levou a queda do presidente da Petrobras, Pedro Parente, e tomou ares de rebelião popular em todo país, com o apoio massivo da população e a paralisação de várias atividades essenciais em grandes centros urbanos.

Existe uma crescente indignação da população trabalhadora e jovem, que é alimentada pelos terríveis efeitos da crise econômica, e pela política de ajuste fiscal, iniciada por Dilma (PT) e Colombo (PSD), sendo dada continuidade por Temer (MDB) e Pinho Moreira (MDB). Essa política desastrosa levou ao congelamento de gastos por 20 anos nas áreas sociais, a lei das terceirizações ilimitadas, a reforma trabalhista, aos ataques ao seguro desemprego e ao recebimento do abono do PIS e a reforma do ensino médio. Essas políticas são as maiores responsáveis pelos brutais índices de desemprego, pela carestia do custo de vida, pela retirada de direitos e pelo aumento da violência e do caos dos serviços públicos, atingindo sobretudo negras e negros, indígenas, mulheres, LGBTs e imigrantes pobres. Mas não só devido a isso temos o crescimento da insatisfação da classe trabalhadora.

Nesses últimos anos vimos vir à tona processos de corrupção envolvendo todos os maiores partidos, a exemplo do MDB, PSDB, PT, PSD, PP e outros, assim como seus figurões, a exemplo de Raimundo Colombo, envolvido em escândalos de corrupção com negociatas de propinas junto a JBS e a Odebrecht. As direções majoritárias do movimento da classe trabalhadora traíram em inúmeras oportunidades as lutas da própria classe trabalhadora, a exemplo da greve dos caminhoneiros, onde as centrais sindicais (CUT, UGT, Força Sindical, CTB, NCST, CSB e Intersindical), com exceção da CSP-Conlutas, se negaram a chamar uma greve geral. Essas centrais sindicais traidoras agiram em nome de preservar Michel Temer na presidência e de evitar que a situação saísse de seu próprio controle, indo além de seus planos.

Esse ascenso de lutas começou a ganhar corpo em 2012, com o início de um forte ascenso de greves no país, e, em 2013, com as jornadas de junho. Segundo o mais recente “Balanço das Greves”, datado de 2016, realizado pelo Dieese:

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2012, observou-se uma intensificação dos movimentos grevistas, circunscrita inicialmente a categorias com tradição de mobilização, em especial, metalúrgicos e bancários. A partir de 2013, trabalhadores de categorias profissionais mais vulneráveis, tanto da perspectiva remuneratória, quanto de condições de trabalho, aderiram à onda grevista. Destacam-se, entre esses, os terceirizados que atuam em empresas contratadas pelo setor privado - como vigilantes, recepcionistas e encarregados de limpeza - e os terceirizados de empresas contratadas pelo poder público, como trabalhadores em coleta de lixo e limpeza pública, rodoviários do transporte coletivo urbano, enfermeiros e outros profissionais das Organizações Sociais de Saúde - OSS. Também tiveram notoriedade as paralisações promovidas por trabalhadores da construção envolvidos em grandes obras e por professores municipais na luta pelo pagamento do Piso Nacional do Magistério.

O atual momento pelo qual passa o país não pode ser entendido sem olharmos também para a conjuntura internacional, na qual o Brasil é parte integrante. Governos de direita neoliberal, como

Macri na Argentina, de ultradireita eleitoral, como Trump nos EUA, e, inclusive os tidos de “esquerda”, como Maduro na Venezuela, o Syriza na Grécia ou Ortega na Nicaraguá aplicam um mesmo projeto global de transferência dos efeitos da crise econômica mundial, iniciada em 2007-2008, e ainda não superada, para os ombros da classe trabalhadora e da população pobre. Assim, vimos também se desenvolverem importantes mobilizações e enfrentamentos, e, inclusive, insurreições populares, como vemos acontecer agora na Nicaraguá e no Haiti.

O PSTU é o único partido que apresenta a proposta de que é preciso organizar uma rebelião dos de baixo contra os de cima. Fazemos esse chamado porque a experiência atual de vida e de luta da classe trabalhadora e dos setores oprimidos demonstra que não existe saída para nossa classe debaixo do capitalismo e do imperialismo.

## **Conheça nossas Propostas para Santa Catarina e o Brasil**

As propostas que aqui apresentamos partem de um entendimento básico de que as trabalhadoras e os trabalhadores podem e precisam governar, e que só assim seus problemas serão resolvidos, de que é preciso se levantar contra toda injustiça e as desigualdades sociais. As greves de trabalhadores, as manifestações populares e estudantis, as batalhas de hip-hop, as aldeias indígenas, os slams e as ocupações de sem-teto e sem-terra são o ponto de apoio para a construção de um projeto socialista e revolucionário para o Brasil e Santa Catarina.

**1) É preciso inverter as prioridades para resolver o problema do desemprego, do caos nos serviços públicos, da falta de moradia, da falta de saneamento básico e os demais problemas sociais.**

a) Defendemos o fim das isenções fiscais aos empresários e dos pagamentos das dívidas públicas aos banqueiros e defendemos a cobrança das dívidas dos grandes devedores de tributos. Pelo fim da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo fim dos financiamentos subsidiados aos grandes empresários e pelo fim dos cargos comissionados. Somente em 2018, segundo a lei de diretrizes orçamentárias, as renúncias fiscais representarão R\$ 5,8 bilhões e o pagamento das dívidas públicas R\$ 2 bi. Esse dinheiro deve ser revertido em mais investimentos em serviços públicos e concursos e num plano de obras públicas para gerar emprego, renda, moradia e saneamento, assim como investimentos preventivos e para socorro contra as enchentes e vendavais.

b) O principal programa de governo de Raimundo Colombo e de Pinho Moreira foi o PACTO POR SANTA, um plano de obras públicas e de investimentos que representa o oposto do que queremos fazer. Na grande imprensa existem inúmeras denúncias sobre os atrasos das obras desse programa. Mas isso não acontece por um acaso e nem só por má gestão. O grande problema é que ele foi feito não para resolver os problemas de educação, saúde, moradia, desemprego, violência contra a mulher e demais problemas sociais, e sim para agradar a base política do governo do estado, e até mesmo para distribuir verbas a deputados e prefeitos em troca de apoio parlamentar. A situação da saúde foi muito afetada por esse programa, onde ele foi usado para reformar hospitais e entregá-los a iniciativa privada. Importante lembrar também que a Dilma e o PT tem participação direta nesse programa fracassado, pois quando Dilma era presidente, deu R\$ 9 bilhões em empréstimos (através do BNDES) para o governo estadual em troca de apoio político nas eleições de 2014. É preciso romper com o interesse dos ricos e poderosos através das medidas que apontamos anteriormente. Só assim de fato vamos ter um plano de obras públicas que resolva com prioridade os problemas sociais e de infraestrutura em nosso estado que tornam cada vez mais difícil a vida da classe trabalhadora. É preciso um plano de obras públicas debatido, deliberado e gerido pela classe trabalhadora mobilizada em conselhos populares.

c) Defendemos a revogação dos ataques a classe trabalhadora com as reformas neoliberais realizadas nas últimas décadas, de Collor a Temer. Defendemos, por exemplo, a revogação das reformas da previdência de Collor, FHC, Lula e Dilma, da reforma trabalhista, da lei das terceirizações, das restrições ao seguro desemprego e ao abono do PIS, da PEC que congelou gastos com saúde, educação e demais áreas sociais por 20 anos, da reforma do ensino médio e da base nacional curricular comum. Também os ataques realizados por Colombo e Pinho Moreira e demais governadores, a exemplo da recente reforma da previdência, dos ataques ao plano de carreira do magistério e contra as demais categorias do serviço público.

d) Para combater o flagelo do desemprego defendemos também lutar e mobilizar a classe trabalhadora pelo seguro-desemprego de dois anos no mínimo, reduzir a jornada de trabalho sem reduzir salários e a estatização sob controle dos trabalhadores das empresas que demitem em massa, a exemplo da agroindústria no estado.

e) Diante dos salários miseráveis defendemos o aumento geral de salários rumo ao salário mínimo proposto pelo DIEESE.

f) É preciso revogar os processos de privatização e terceirização das empresas públicas, a começar pela CELESC e CASAN. Defendemos a estatização sem indenização e sob controle dos trabalhadores do sistema financeiro, das estatais privatizadas ou em processo de privatização, das grandes empresas que demitem em massa ou cometem crimes ambientais, do agronegócio que não tem como preocupação central produzir alimentos para a população e sim para exportação, das indústrias que operam com a exploração direta dos recursos naturais e das grandes multinacionais que possuem muitos privilégios dados pelos governos e remetem lucros para fora do país.

## **2) Em defesa da vida e dos direitos das mulheres, negras e negros, indígenas, LGBTQs e imigrantes pobres.**

Os efeitos da crise econômica, das políticas de ajuste fiscal e do aumento da violência atingem sobretudo as mulheres, negras e negros, indígenas, LGBTQs e imigrantes pobres. Defendemos:

a) A aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha. Construção de Casas Abrigo e Centros de Referência para as mulheres vítimas de violência. Construção de NEIs (creches), nenhuma criança sem creche. Medidas concretas para combater a dupla ou tripla jornada das mulheres como a construção de lavanderias, restaurantes públicos e centros de convivência de idosos. Salário igual para trabalho igual. Pelo fim da opressão de raça, gênero, nacionalidade, orientação sexual e identidade de gênero no trabalho;

b) Contra a cultura do estupro e da LGBTQfobia. Por punição rigorosa aos agressores. Campanhas educativas de combate ao machismo e à violência contra as mulheres. Lutar pela criação de delegacias de mulheres com quadro qualificado e suficiente para atender a demanda. Lutar pelo investimento nacional de 1% do PIB para o combate à violência contra as mulheres. Por mais segurança para as mulheres ao andar nas ruas, com iluminação pública, calçamento das ruas e limpeza e capinagem de terrenos baldios;

c) Cotas para negros e indígenas nos serviços públicos e na educação superior, técnico e profissionalizante. Garantia do feriado estadual no dia de zumbi dos palmares e da consciência negra. Fim do genocídio da juventude negra, dos quilombolas e dos indígenas. Ensino efetivo de história indígena e negra nas escolas. Defesa da demarcação e homologação das terras indígenas.

Defesa da titulação de terras quilombolas. Campanha contra os preconceitos e discriminações racistas que atingem as religiões de matrizes africanas.

d) Direitos plenos e iguais para todos os imigrantes e punição rigorosa para todo crime de xenofobia e/ou racismo. Em defesa do trabalho, da moradia e da vida digna para todo trabalhador e trabalhadora imigrante. Pelo direito ao reconhecimento jurídico com visto definitivo aos imigrantes e fim do preconceito contra haitianos, bolivianos, venezuelanos, cubanos, árabes e demais estrangeiros;

e) Pela criminalização da homofobia, lesbofobia e da transfobia. Pela regulamentação do nome social. Pelo uso de material didático que eduque a respeito da diversidade sexual e contra a opressão e pelo atendimento médico específico para as demandas LGBTs no SUS. Lutar contra a transfobia é também fundamental garantindo hormonioterapia e cirurgia de redesignação sexual gratuitamente pelo SUS. Contra os atuais planos municipais, estadual e nacional de educação e o projeto “escola sem partido” que aumentam mais ainda a opressão contra LGBTs e mulheres;

f) A criminalização do aborto não preserva a vida, ao contrário, coloca em risco a vida de milhões de mulheres pobres que, desesperadas, recorrem a métodos inseguros. Defendemos o acesso à educação sexual, a distribuição gratuita de contraceptivos e a legalização do aborto;

g) Em defesa do conjunto dos direitos e reivindicações das mulheres, das negras e negros, dos LGBTs, dos povos indígenas e imigrantes, em especial, daquelas e daqueles pertencentes à classe trabalhadora e ao povo pobre que são os que mais têm seus direitos desrespeitados.

### **3) Pelo fim da corrupção**

Defendemos: a) Prisão de todos os corruptos e corruptores e o confisco de seus bens; b) Fim dos privilégios dos políticos, através de mandatos revogáveis, e de salário igual ao de um professor ou operário; c) Estatização sob controle dos trabalhadores das grandes empresas envolvidas em corrupção, a exemplo das empreiteiras e da JBS; d) Fim do sigilo fiscal, telefônico e bancário de políticos e empresários envolvidos em corrupção.

### **4) Em defesa das reformas urbana e agrária. Em defesa do meio ambiente.**

A imposição padrões de desenvolvimento nas cidades impostos pela especulação imobiliária e as políticas de desmonte de serviços essenciais vem trazendo impactos sociais e naturais profundos. Situação semelhante existe no campo com a imposição de padrões capitalistas de desenvolvimento das atividades econômicas que vem impondo a concentração das terras e a utilização de grandes quantidades de agrotóxicos (venenos) e transgênicos.

a) Contra a crise das cidades devemos exigir uma ampla e radical reforma urbana que destine terrenos e imóveis de especuladores para as famílias sem teto e para outras utilizações sociais. Um transporte público e estatal sob controle dos trabalhadores com redução imediata das tarifas rumo à tarifa zero. Contra a privatização, terceirização e subfinanciamento de áreas fundamentais como a saúde, educação, serviços de limpeza e melhoramentos urbanos e serviços de água e esgoto.

b) Contra a crise no campo defendemos a reforma agrária e o emprego, salário e direitos para os operários agrícolas. Acesso ao crédito barato para os pequenos produtores.

c) Fim do desmatamento, em defesa das nossas fauna, floras e rios;

d) Estatização das grandes empresas que cometem crimes ambientais, do agronegócio que não tem como preocupação central produzir alimentos para a população e sim para exportação e das indústrias que operam com a exploração direta dos recursos naturais;

- e) Por um plano de saneamento ambiental estadual que contemple as principais concentrações urbanas, que seja debatido e deliberado democraticamente pelos trabalhadores e o povo pobre nos conselhos populares;
- e) Não à privatização da CASAN e da água. Procurar reverter os processos de municipalização do saneamento básico que abriram caminhos para a privatização dos serviços e maior poluição. Por uma Casan 100% estatal e controlada democraticamente pelos trabalhadores.

## **5) Por um plano de obras públicas para a prevenção aos efeitos das enchentes e de outras tragédias naturais e sociais**

A prevenção a essas catástrofes praticamente inexiste, embora, infelizmente, sejam recorrentes as grandes enchentes em nosso estado, a exemplo das ocorridas em julho de 1983, em dezembro de 1995, em novembro de 2008 e em janeiro de 2011. Ou a enchente que ocorreu no início deste ano em várias cidades do estado. Mesmo com todo esse histórico, os políticos, nesse momento, se dizem surpresos, culpando a “natureza” pelas perdas. Para piorar, quando tomam alguma atitude, os governos se limitam a trazer os desalojados para ginásios e galpões sem o mínimo de dignidade para as famílias, aumentando o sofrimento. Prefeitos, governadores, e, às vezes, até presidentes, tomam medidas demagógicas e midiáticas de vestir casacos ou coletes da defesa civil ou dos bombeiros e sobrevoar áreas de helicópteros. Mas de fato mitigar os problemas dos atingidos que é bom nada fazem de efetivo. Defendemos:

- a) é fundamental parar de pagar a dívida pública, cobrar os impostos dos grandes devedores e parar com as renúncias fiscais e com os subsídios dados aos grandes capitalistas para que tenhamos verbas para um plano de obras que inclua obras de infraestrutura e saneamento ambiental, moradia popular, drenagem e desassoreamento de rios e córregos, garanta sistemas de alerta nas cidades e mais investimentos em defesa civil;
- b) as pessoas que vierem a perder tudo ou quase tudo nas enchentes vão precisar de apoio para se reerguer na vida. É importante ter estabilidade no emprego, isenção da cobrança de impostos e taxas públicas pelo menos por 2 anos e que tenham a reconstrução de suas casas subsidiadas pelo poder público;
- c) é fundamental nos momentos de desastres a formação de comitês por bairro e populares para controlar e coordenar as ajudas aos atingidos nesses momentos;
- d) imóveis hoje destinados à especulação imobiliária (aqueles que se incluem como propriedade de especuladores com 5 ou mais imóveis) devem ser destinados emergencialmente para o abrigo das famílias e pessoas desabrigadas e desalojadas;

## **6) GARANTIR SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICAS DE QUALIDADE**

A saúde e a educação públicas vêm sofrendo com o subfinanciamento, os processos de privatização e a desvalorização de seus trabalhadores com ataques a direitos dessas categorias que de conjunto resultam em queda da qualidade dos serviços. Também vemos crescer a mercantilização dessas áreas com o desenvolvimento de grandes empresas que atuam nesses serviços e que excluem quem não pode pagar. Precisamos reverter esses processos se queremos garantir saúde e educação públicas de qualidade e para todos. Defendemos:

- a) Aumentar o orçamento estadual dessas áreas para, prioritariamente, nos estabelecimentos de saúde dotá-los das condições necessárias para dar atendimento de qualidade e acabar com as filas, inclusive de médicos especialistas, e nas creches e escolas públicas para garantir vagas para todas as crianças também com qualidade;
- b) Pela valorização dos trabalhadores da saúde e da educação no estado com o atendimento de suas pautas de reivindicações;
- c) Pela revogação do atual plano estadual de educação e pela construção de um plano que garanta investimento público para a educação pública, a educação de gênero e diversidade, o fim da

meritocracia na educação, o fim da privatização, a valorização dos trabalhadores da educação e uma educação crítica, transformadora e democrática;

d) É preciso também garantir democracia nas escolas para que professores, estudantes e demais membros da comunidade escolar possam debater e decidir o projeto pedagógico, a gestão pública da escola e eleger diretamente sua direção. Combatendo assim projetos retrógrados e autoritários como o “Escola sem Partido”, evitando a evasão escolar, aumentando a qualidade do ensino público;

e) Paridade do custo-aluno na educação básica, atendendo à reivindicação de estudantes e trabalhadores do EJA. Não ao fechamento de vagas nos CEDUPs. Não aos cortes de verbas na UDESC. Pela ampliação e melhorias dos CEDUPs. Pela garantia de uma UDESC que tenha o tripé universitário, autonomia, cotas raciais, políticas de direitos estudantis que visem a permanência estudantil, democracia interna e verbas públicas garantidas;

f) Não ao projeto "Escola sem Partido". Esse projeto surge para colocar uma mordida na educação para que não seja democrática, crítica e transformadora. Vem com o objetivo de criminalizar as lutas da educação pública, a exemplo das ocupações secundaristas e as greves do magistério;

g) O presidente Michel Temer (PMDB) dá continuidade à proposta gestada por Dilma Rousseff (PT) e faz uma reforma no Ensino Médio e impõe a Base Nacional Curricular Comum. Somente português e matemática serão obrigatórios nos currículos do ensino médio, até 40% pode ser ensino à distância, professores serão demitidos em massa e fundações privadas comandadas por grandes grupos econômicos irão ditar a gestão escolar e a política pedagógica. Somos contra esses projetos, defendemos sua não implantação e exigimos sua revogação. As mudanças curriculares na educação tem que ser debatidas e deliberadas democraticamente pelos profissionais da educação, estudantes e trabalhadores em geral;

h) Não as privatizações e a implantação de OSs (Organizações Sociais), fundações privadas e terceirizações na saúde, na educação e nas demais áreas dos serviços públicos;

i) Contra a EBSEH que assumiu o controle do Hospital Universitário da UFSC e vai aumentar a precarização do trabalho dentro desse hospital mudando o regime jurídico de contratação e aumentando a rotatividade, vai facilitar a atuação de setores privados em seu interior e diminuir a qualidade. Lutar pela garantia de um HU 100% SUS, estatal, com qualidade e com autonomia no ensino, pesquisa e extensão;

j) Lutar pelo investimento nacional de 10% do PIB na área da saúde e mais 10% do PIB na área da educação. Investimento público somente para a área pública e estatal;

k) Lutar pela garantia de uma saúde 100% SUS, gratuita e de qualidade. Retomar para o SUS o controle do Hospital Florianópolis e demais hospitais públicos que foram entregues para as entidades privadas comandarem;

l) Estatização das grandes redes de educação e da saúde privada. Saúde e educação são direitos. Não podem ser mercadorias.

## **7- SEGURANÇA PÚBLICA. CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA POBREZA.**

a) Não resolveremos o problema da violência com mais polícia na rua, sendo necessário começar por investir nas áreas sociais e acabar com a exploração dos baixos salários e subemprego. O plano de segurança pública é inseparável de um plano de investimentos sociais, geração de emprego e aumento da renda dos trabalhadores;

b) O país vive uma conjuntura de aumento das lutas e greves. Os governos, a Justiça e a polícia, no entanto, enfrentam essas mobilizações com criminalização e repressão. Somos contra a criminalização das lutas, da pobreza e da negritude! Lutar não é crime! Ser pobre não é crime! Ser negro não é crime! Somos a favor da imediata libertação de Rafael Braga!;

c) Dilma sancionou a lei antiterrorismo, que poderá transformar em crime com prisão aqueles que lutam contra as desigualdades e as injustiças sociais de nossa sociedade. Temer implantou o decreto da garantia da lei e da ordem para colocar o exército nas ruas para ocupar o Rio de Janeiro sem

qualquer melhora na segurança pública. Exigimos a revogação da lei antiterrorismo, da garantia da lei e da ordem e demais medidas autoritárias do estado contra a pobreza e os movimentos sociais;

d) Defendemos mobilizar a população jovem e trabalhadora em defesa da unificação e desmilitarização das polícias, com garantia de eleição para os chefes de polícia e direito a organização sindical para as tropas;

e) Fim de toda a política racista de genocídio da juventude negra das periferias e de higienização social das cidades;

f) Defesa da legalização das drogas e de seu controle estatal para acabar com o narcotráfico. Outros países seguiram modelo semelhante, como o Uruguai, rompendo com a política proibicionista que só vem aumentando a disputa pelo tráfico, a violência e a corrupção de autoridades e forças policiais. Junto com isso, o Estado deve garantir campanhas de saúde pública e o atendimento estatal de saúde aos usuários. Defendemos a criação de centros de recuperação que sejam públicos e gratuitos para os dependentes químicos;

## **8 - CULTURA E ARTE LIVRES**

O centro do problema hoje é a privatização da cultura, já que os empresários e seus governos fizeram dela um negócio, dominando-a econômica e ideologicamente, a serviço de seus valores. Todos os problemas relativos à cultura hoje têm a ver com essa relação mercantil, que faz da arte uma mercadoria como qualquer outra. Portanto, um programa socialista tem de partir da necessidade urgente de emancipar a cultura, de desatá-la das mãos do capitalismo, única forma de atingir uma arte e uma cultura verdadeiramente livres.

É preciso denunciar o saque da cultura por parte do capital privado. As leis de renúncia fiscal, como a Rouanet, são dispositivos legais das empresas para controlar a cultura usando dinheiro público. As empresas deixam de pagar impostos e usam o dinheiro na divulgação de sua marca. Em outras palavras, o setor privado define os projetos. Além disso, é fonte para corrupção, como vimos os recursos da Lei Rouanet sendo desviados para a realização de um casamento de luxo em Jurerê Internacional alguns anos atrás.

Junto de combater a privatização, o programa deve combater a transformação da cultura em instrumento que se volta contra os próprios trabalhadores. O sistema usa a cultura para interiorizar a dominação, na consciência e nos hábitos. Assim, não se valoriza a cultura e a arte negra, indígena, das periferias, popular e crítica e se criminaliza essas expressões culturais e artísticas.

Não falta hoje cultura e arte em Santa Catarina, e sim, o que falta, é um real incentivo público com garantia de verbas e infraestrutura públicas. Para piorar temos a imposição de padrões pelo mercado e até mesmo existe a criminalização de muitas manifestações artísticas e culturais, a exemplo das batalhas de hip-hop e dos slams. Por isso, defendemos:

- a) Resgatar a cultura como direito universal. Deve ser garantida dentro do orçamento público, como saúde e educação, e financiada pelo Estado de forma ampla, com orçamento próprio e compatível. Apoiamos a reivindicação do setor cultural de garantir investimento mínimo na área. Com isso, as “leis de incentivo” poderão deixar de existir.
- b) Que todas as escolas públicas funcionem também como centros de cultura completos, geridos pelos trabalhadores. A educação artística deve ser matéria obrigatória no currículo.
- c) Defesa de toda a liberdade em arte e cultura. Não deve haver qualquer privilégio a qualquer grupo, escola ou corrente artística. Tampouco discriminação às correntes artísticas. Fim da criminalização de manifestações culturais populares, como as batalhas de hip-hop, os slams, o maracatu e etc. Valorização da cultura local que inclua a contribuição de negros e negras e indígenas;
- d) Defesa de todas as formas independentes de organização dos artistas e trabalhadores da arte e da cultura;
- e) Defesa dos grupos amadores e independentes, livrando-os da pressão econômica, para que possam se desenvolver livremente;
- f) Pela abertura de concurso público na área;



- g) Pela preservação do patrimônio histórico do estado com garantia de verbas públicas. Lutar pela investigação, sob controle dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, dos gastos e procedimentos realizados na recuperação da Ponte Hercílio Luz;
- h) Fim dos monopólios privados de produção e da exploração da arte e da cultura. Estatização dos equipamentos dos grandes centros culturais, museus e galerias, e sem indenização. Sem qualquer tipo de dirigismo cultural, o Estado deve providenciar a esses equipamentos toda a verba necessária para seu funcionamento. Eles devem ser geridos pelos trabalhadores da cultura e artistas;
- i) Por um plano de obras públicas que contemple a construção de centros culturais em todos os bairros, com prioridade para as periferias. Esse plano deverá ser debatido e deliberado junto aos trabalhadores da cultura e a população da cidade;

## **9- CONTRA O MONOPÓLIO DA MÍDIA**

O PSTU tem na eleição para o governo do estado menos de dez segundos de televisão, enquanto os candidatos envolvidos com a Lava Jato, a Ave de Rapina ou a Moeda Verde chegam a ter vários minutos. Isso sem falar na exclusão dos debates e a cobertura jornalística desigual por conta das emissoras.

Acontece que, sob o capitalismo, em que prevalece a propriedade privada e a lógica do lucro e do mercado, a imprensa torna-se também mercadoria, e nunca será justa em seus critérios. Vai querer impedir, junto do governo e do congresso nacional tomado por corruptos, que partidos e candidaturas que querem combater essa lógica surjam como uma alternativa viável frente aos olhos da maioria da população.

O fim dos governos militares e a redemocratização do país pouco mudaram o panorama da mídia no Brasil. Pelo contrário, com ela se aprofundou a prática de barganha das concessões por apoio político. O PT, que tanto reclama da mídia que chama de “golpista”, manteve a prática, distribuindo as concessões a políticos aliados. Mesmo com todas as dificuldades na obtenção de dados e na falta de transparência sobre o assunto, uma pesquisa realizada em 2007 por Venício Lima e Cristiano Lopes mostra que entre 1999 e 2004 cerca de metade das concessões de rádios comunitárias foram dadas a políticos. Prática explicitamente vedada pela legislação brasileira. Pela lentidão com que se gestam as políticas de comunicação no país, é de se supor que nada mudou desde então.

O resultado dessa prática é nefasto. Anos de barganha das concessões de rádio e tevê em troca de apoio político nos levou a um sistema de mídia entre os mais concentrados do mundo. E não só economicamente. Mas também politicamente, uma vez que boa parte das concessões é controlada direta ou indiretamente por uma casta burocrática de políticos tradicionais e seus familiares. Em bom português: a tal democracia no Brasil não tem nada de democrática. Seja na política, seja na grande mídia, ainda permanecemos sob os mandos e desmandos das oligarquias familiares, dos caciques políticos, dos ricos e dos poderosos.

No ano de 2016 tivemos um acordo entre os acionistas da RBS e os empresários Lirio Parisotto e Carlos Sanchez, do Grupo NC, juntamente com outros investidores, que selou a venda das operações de televisão, rádio e jornal que atuam sob a marca RBS em Santa Catarina. Atualmente temos a NSC, parte de um grande grupo econômico que atua em outras áreas, e conta com Parisotto como um de seus proprietários, o mesmo que agrediu fisicamente Luiza Brunet. Assim segue a tendência de maior concentração dos meios de comunicação com o agravante de ter um agressor de mulher como proprietário.

A grande mídia apesar de ter grande poder não é impossível de se questionar. Podemos mudar essa realidade. Parte fundamental da construção de uma sociedade socialista passa pela democratização da grande mídia. Defendemos a desconcentração hoje da mídia na mão de grupos econômicos que controlam toda uma cadeia de redes de televisão e rádio, além de jornais. Defendemos o incentivo às iniciativas comunitárias e de organizações de trabalhadores de rádio, TV e jornal. Precisamos também avançar para questionar a propriedade privada dos grandes meios de

comunicação que devem ser controlados pela classe trabalhadora e o povo pobre e da periferia. Vamos conseguir através de uma ampla mobilização dos trabalhadores e da juventude.

### **10 - Por Um Governo Socialista Dos Trabalhadores Formada Por Conselhos Populares:**

A campanha do PSTU quer ser um ponto de apoio para as lutas e a organização da classe operária, dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, dos bairros populares, da periferia. Fazemos um chamado a rebelião dos de baixo contra os de cima.

Vamos juntos construir um quilombo socialista contra a exploração, o desemprego, o racismo, a LGBTfobia, o machismo, a xenofobia. Em defesa de uma vida digna, do emprego, do salário, da educação e saúde públicas e gratuitas, da moradia, do saneamento básico para todos e do transporte público de qualidade. Os ricos é que devem pagar pela crise que eles mesmos criaram.

Hoje, os donos das fábricas, dos bancos, das construtoras, das grandes redes de varejo e atacado são os donos das cidades, do estado e do poder. Nós queremos Santa Catarina nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre, pois eles produzem todas as riquezas e nada a eles é permitido. Por isso, defendemos um governo dos trabalhadores formado por conselhos populares e acreditamos que Santa Catarina e o Brasil precisam de uma revolução socialista .

Santa Catarina deve ser controlada por Conselhos Populares Deliberativos sobre 100% do orçamento público e que será eleito nas periferias, nos locais de trabalho e nos locais de estudo. Que seja o povo trabalhador a decidir sobre o que fazer com 100% do dinheiro do orçamento público e vigiar sua aplicação. Essa tarefa não pode ficar nas mãos da Assembleia Legislativa cheia de privilégios e controlada por partidos envolvidos em mega escândalos de corrupção.

Acreditamos que o socialismo só é possível se enfrentarmos a fundo os interesses dos ricos e poderosos e se garantirmos democracia para os trabalhadores e o povo pobre decidirem os rumos da cidade, do estado e do país. Nesse sentido não defendemos e não reivindicamos os regimes políticos instalados em Cuba, China, Coreia do Norte e na antiga URSS que usurparam o poder das mãos da classe trabalhadora e que nada tinham de socialistas. Sempre tivemos como princípio a democracia operária que representa o poder de decisão nas mãos da base e o controle dos dirigentes pela sua base.

Sempre tivemos também como princípio não aceitar receber dinheiro de empresas, porque sabemos que quem paga a banda escolhe a música. Nos opomos à prática do PT, PCdoB e, inclusive, do PSOL que pegam dinheiro com empresários. Por isso, o PSTU não se envolve com corrupção. Nós fazemos questão de ser financiados pela classe trabalhadora e pelo povo pobre. Mesmo assim um partido como o PSTU mal tem tempo na televisão, não pode participar de debates e sofre o boicote de grandes meios de comunicação, enquanto os grandes partidos têm todo tempo do mundo e rios de dinheiro de empresários e corruptos.

Não vamos mudar pra valer o estado ou o país através das eleições, e sim, com a luta unificada dos trabalhadores. As últimas grandes mudanças que tiveram na política do país vieram das ruas, a exemplo da queda do regime militar com as mobilizações do final da década de 70 e início da década de 1980, o movimento “Fora Collor” de 1992 e as manifestações de junho de 2013. Votar e eleger revolucionários e socialistas do PSTU fortalece as luta dos trabalhadores.

Entendemos também que a luta pelo socialismo só é viável se for levada à escala internacional. Estamos ao lado do povo haitiano, palestino e da Nicaraguá que se levantam contra o imperialismo e todos e todas que lutam contra a opressão e a exploração em qualquer país.

Cada voto no PSTU, no 16, vai ser útil para fortalecer o projeto revolucionário e socialista e a luta da classe trabalhadora, do povo pobre, dos negros, das mulheres e LGBTs para mudar de verdade tudo isso que está aí.

Venha para o PSTU! Venha construir um partido socialista, classista, revolucionário e internacionalista.